



Viseu | 13-14 Maio 2022
Pavilhão ExpoCenter

**14.º CONGRESSO NACIONAL
DOS PROFESSORES**

**A Educação não pode esperar!
Combater desigualdades.
Valorizar a profissão!**



COMBATER O NEOLIBERALISMO, DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA

Ana Filipe

A reconfiguração Parlamentar decorrente das últimas eleições legislativas trouxe-nos por um lado, um PS reforçado e em maioria absoluta (para gáudio dos Patrões), por outro, uma Direita mais radicalizada, agressiva, hostil ao Estado Social e, no caso concreto do Chega, abertamente racista, xenófobo e homofóbico.

Desta composição à Direita, além do PSD e Chega, surgiu ainda a Iniciativa Liberal, partido da moda, mas que não se descola da velha máxima do “somos todos empreendedores, todos iguais e todos individuais”. Apesar da sua aparência moderna da IL, sabemos bem o quão falaciosa é esta cantilena liberal.

Sabemos bem que, ao contrário do que nos tentam vender, o acesso a setores básicos como a saúde, educação, habitação ou empregos dignos ainda não é para todas e todos e que não depende de vontades pessoais. Se isto acontece é porque as desigualdades se encontram instituídas e, conseqüentemente impostas.

Pouco tempo depois das eleições e já com o PS a governar, desta vez sem “empecilhos” e com livre passe para executar os milhões que aí vêm do PRR, o capitalismo desenfreado é impulsionado com a invasão da Ucrânia pela Rússia imperialista.

Como se não bastasse a crise pandémica, esta guerra apanha os povos da Europa de surpresa, revelando não só lado mais cruel do ser humano, mas a tão desejada corrida frenética ao armamento militar. De entre as inúmeras conseqüências, esta guerra contribuiu ainda para um agravamento do nível de vida das classes trabalhadoras do mundo e com enorme gravidade nos países mais pobres – onde a realidade da fome ameaça milhões de vidas.

A atual situação do país, na qual se destaca a subida da inflação para valores recorde (a maior subida dos últimos 30 anos), com perda generalizada e significativa do poder de compra; bem como a subida do preço dos combustíveis são alguns dos fatores que condicionarão e influenciarão a nossa atividade sindical.

A crise sanitária, além dos condicionalismos provocados no setor da Educação, demonstrou claramente um sistema de ensino desigual, cujos fatores sócio-económicos

(origem; grau de literacia das famílias, condições de habitação...) ainda influenciam e são determinantes no sucesso escolar dos nossos alunos e alunas (adeus argumento da meritocracia). Foi igualmente visível, e apesar do esforço hercúleo dos Professor@s, a falta de recursos (computadores, fraca cobertura e rede de internet) e de preparação para o E@D, bem como a existência de uma classe profissional envelhecida e agastada.

A par do envelhecimento e estado de exaustão em que se encontra uma grande percentagem dos e das docentes; as condições de trabalho pautadas pela excessiva burocratização do sistema, elevados níveis de precariedade, sistema de avaliação que ao invés de reconhecer e valorizar o trabalho docente, impede a maioria de ascender ao topo da carreira, ao mesmo tempo que os obriga a permanecer mais tempo no mesmo escalão são apenas alguns exemplos da falta de atratividade da carreira docente, tornando-a uma profissão de desgaste rápido, e levando ao abandono ou falta de procura da mesma.

Tal como tem vindo a ser alertado pelas várias estruturas sindicais nos últimos 2 anos, prevê-se uma Escola Pública com menos Professores e Professoras. Se por um lado, a falta de atratividade da carreira leva ao abandono ou falta de procura de cursos via ensino durante a formação inicial, por outro, a falta de investimento nesta área tem contribuído para o agravamento destes problemas.

A manutenção desta quebra significativa de recursos humanos, contribui para uma organização e funcionamento escolar menos eficiente, agravando ainda mais as condições de trabalho (pessoal docente e não docente). Neste contexto, torna-se mais difícil, uma forte e eficaz melhoria do processo de ensino-aprendizagem e uma melhoria global dos resultados escolares, dificultando ainda o combate ao insucesso e abandono escolar.

Porque o cenário apresentado é extremamente preocupante, cabe-nos a nós, enquanto profissionais de Educação e agentes de mudança, combater e desconstruir a mentalidade neoliberal que constitui uma séria ameaça à sobrevivência da Escola Pública.

A Municipalização e narrativa floreada do “cheque-ensino” são disso exemplos. Sobre a **Municipalização**, importa perceber que o que está em causa não é a descentralização de poderes, mas sim a desresponsabilização do Estado face a setores importantes, como o da Educação. Ao mesmo tempo, são retiradas competências ao nível da ação social escolar, gestão do pessoal e aquisição de bens materiais das Escolas, passando-as para os Municípios.

Isto significará que os problemas de funcionamento e financiamento das Escolas não terão tendência para se resolverem, antes pelo contrário. Esta desresponsabilização do Estado das suas funções essenciais e estruturais, como é o caso deste setor, constitui uma séria ameaça, esperando-se um agravamento das assimetrias entre as próprias Escolas e o comprometimento da universalidade e igualdade no acesso à Escola Pública.

Por outro lado, e sabendo que a realidade em muitas das Câmaras Municipais é a da falta de recursos humanos e da sua capacidade de contratação, estas competências descentralizadas poderão ser concessionadas a entidades privadas ou empresas municipalizadas que, à falta de fiscalização, poderão promover a degradação do serviço prestado. Este é um combate que deverá manter-se, em nome da Escola Pública.

Outra das narrativas que tem tentado vingar é a defesa de um sistema de Ensino no qual se atribuem vouchers ou “**cheques-ensino**” aos Encarregados de Educação. Esta ideia já tinha sido lançada durante o (des)Governo de Passos Coelho, e voltou a estar na moda, desta vez com a Iniciativa Liberal.

Esta narrativa da “liberdade de escolha individual” já provou ser catastrófica nos países em que o “cheque-ensino” foi implementado. A partir das evidências recolhidas nestes países (Estados Unidos e Suécia, por exemplo), rapidamente se concluiu que este tipo de sistema tinha retirado milhares de alunos e alunas das Escolas Públicas, atirando-os para as Privadas que não tinham nem supervisão nem monitorização de qualidade. Por outro lado, ficou igualmente demonstrado que este sistema, era um fator de discriminação, de desvalorização do Ensino e gerador de piores resultados académicos.

Por aqui se conclui que, a Educação, não é um produto nem os seus objetivos se coadunam com a lógica mercantilista liberal. Ela não pode nem deve estar refém do mercado, nem dependente da lógica do lucro. E é por isto que o “cheque-ensino” é uma falácia, devendo por isso, ser combatido a todo o custo.

Para terminar, espero que saia daqui hoje, um compromisso reafirmado em nome de uma Escola Pública de qualidade que, a meu ver, deverá obrigatoriamente ser: um espaço laico e mais democrático, promovendo a igualdade e frequência de todas e de todos; um espaço mais INCLUSIVO, com capacidade de acolher a diversidade, independentemente da etnia, género ou classe e a qual integre, finalmente, a disciplina de Língua Gestual Portuguesa no seu Currículo Nacional (afinal de contas é uma das 3 línguas oficiais do país); que promova uma cultura antirracista; que disponibilize aulas de educação sexual sem preconceitos e, por último, que promova o sucesso e a participação de todas as crianças e jovens.

As políticas neoliberais, venham de neoconservadores rudes ou de exploradores disfarçados de jovens empreendedores, não passarão!!!

VAMOS À LUTA!!!